

Uma herança disputada

Não foi a primeira vez que a terra pertencente ao espólio de Cândida Marcelina foi objeto de um ato assinado pelo bisneto Joaquim Roriz. Além da sanção, no início do ano, da lei que permite o fracionamento da área, Roriz já assinou um decreto que tornava 19,6 alqueires da propriedade “de utilidade pública para fins de desapropriação”. As terras pertenciam a Elisiário Rufino de Souza, filho de Cândida e tio-avô do governador.

O decreto de desapropriação foi assinado em 5 de abril de 1991 e revogado em dezembro de 1993, sob a alegação de que a área estava sendo disputada na Justiça.

Elisiário é um dos 12 filhos de Cândida e herdou 22 alqueires com a morte do pai, há cerca de 80 anos. Segundo os herdeiros que disputam entre si o terreno atrás das QIs 27 e 29 do Lago Sul, é ali a área pertencente a Elisiário. As que couberam aos demais irmãos e à mãe foram desapropriadas. Quando se fala do inventário de Cândida Marcelino de Queiroz, processo 7988/94, que corre na Vara Cível de Planaltina, o que se discute é a terra que pertenceu a Elisiário.

PROCESSO ROUBADO

Esse processo, aliás, desapareceu do fórum de Planaltina. O sumiço foi descoberto em julho de 2000, seis anos depois de ter sido aberto o inventário, a pedido de Sebastião Gomes de Souza, nomeado inventariante. Ele afirma ter adquirido os direitos hereditários de alguns descendentes de Cândida.

A pretensão de Sebastião é questionada pelo advogado Jânúncio Azevedo. Ele acusa o inventariante de ser *laranja* de outro advogado, Salomão Szervinski. Szervinski também afirma ter adquirido direitos hereditários de descendentes de Cândida. Mais especificamente: ele teria comprado dos herdeiros de Argeu, irmão de Elisiário, um dos 12 filhos de Cândida.

Parece complicado? É mais complicado ainda. Em 1994, munido dos direitos hereditários de Argeu, Szervinski obteve na Justiça o direito de cercar 70 hectares localizados dentro da área de 221 hectares do espólio de Cândida. O problema é que, segundo a Terracap, tudo o que era de Argeu foi desapropriado.

Existe ainda outro pretendente para a herança de Argeu (a área cercada por Szervinski): o ex-motorista Dijair Ramalho

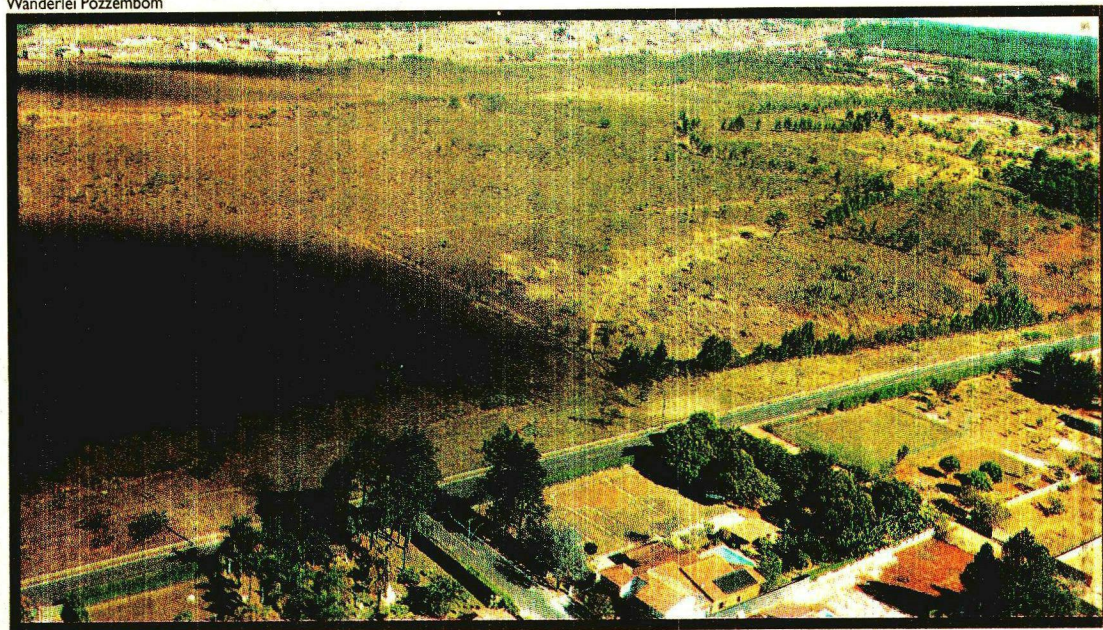
de Oliveira. Nesse caso, mais uma vez surge o sobrenome Passos. Dijair, conhecido como Didi, tinha sido funcionário dos Passos.

Em 1994, Didi tentou registrar, no cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília, os 22 alqueires que pertenceram a Argeu. Ele apresentou documentos que o tabelião, Geraldo Malvar, considerou suspeitos. O tabelião mandou o caso para a Justiça. O *Correio* publicou a história há dois anos. Na época, Pedro Passos negou que Didi fosse *laranja* de sua família.

Enquanto não se resolve o caso, o terreno cercado por Salomão foi incorporado à área beneficiada pela lei aprovada pela Câmara Legislativa e sancionada por Roriz. A lei, portanto, engloba as áreas que pertenceram a Elisiário e a Argeu — filhos de Cândida.

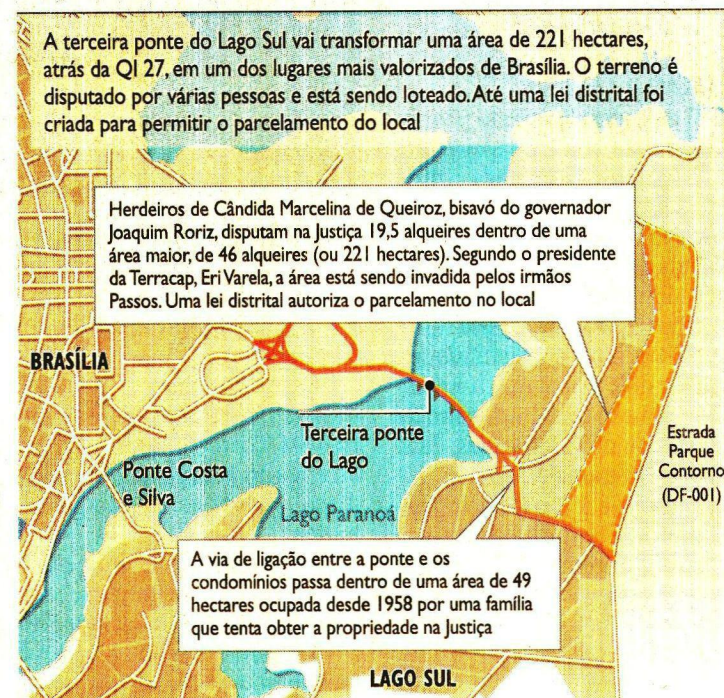
“Tenho o domínio e a posse da área, não estou loteando e não pedi a inclusão do terreno em lei nenhuma”, disse Szervinski. O advogado, que também é empresário, admite vender a terra caso o GDF queira desapropriá-la. “Aceito uma composição. Pode ser desapropriação ou troca por outra área”, informa. (A.V.)

Wanderlei Pozzembom



VISTA AÉREA DO TERRENO: PERTO DA PONTE, ENTRE A QI 27 (ABAIXO) E OS CONDOMÍNIOS IRREGULARES (AO FUNDO)

MAPA DA MINA



BRONCA DO TCU

O Tribunal de Contas da União mandou a Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf) rever um parecer emitido, há dois anos, em favor de uma das pessoas que reclama 105 hectares no lugar que está sendo loteado.

O beneficiado, Dijair Ramalho de Oliveira, ex-motorista dos irmãos Passos, tentava registrar em seu nome a área, considerada pública pela Terracap. A assessoria jurídica da Seaf ignorou a posição da Terracap e garantiu que a área era particular.

LEIA MAIS SOBRE A
DISPUTA NO LAGO SUL
NA PÁGINA 12